



**PROPOSTA DE ORÇAMENTO
PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2010**

Submetida ao Conselho Geral da Universidade da Madeira

Dezembro de 2009

Reitoria

Contexto

A proposta de orçamento para o ano de 2010, apresentado numa situação em que ainda não está definido o Orçamento de Estado que contempla as transferências para a Universidade da Madeira e que suportam quase 75% das actividades aqui desenvolvidas, é uma manifestação das políticas de distribuição de verbas mais do que a real atribuição de dotações.

Objectivos

O objectivo primordial deste orçamento é colocar em prática uma nova gestão dos recursos, muito mais próxima da realidade dos custos reais suportados na implementação das actividades da UMa. No futuro, o maior esforço será dirigido para aumentar a capacidade de gerar receitas próprias, de modo que a dependência em relação às transferências do Orçamento de Estado seja cada vez menor na estrutura orçamental da UMa. Este objectivo primordial vai materializar-se em 7 linhas de acção:

Racionalização da oferta formativa

- Iniciar a oferta formativa dos cursos de especialização tecnológica (CETs), entretanto registados na Direcção Geral do Ensino Superior;
- Proceder à acreditação dos ciclos de estudo a criar e em funcionamento junto da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior;
- Reforço da oferta de pós-graduações, oferta de formação às empresas, cursos conducentes à obtenção de CAPs com uma interligação mais directa com a RAM;
- Lançamento da Universidade Júnior e da Universidade Sénior.

Certificação de qualidade dos serviços

- Para oferecer um melhor serviço aos nossos alunos, funcionários, colaboradores e público em geral vamos iniciar durante o ano de 2010 a certificação de qualidade dos nossos serviços e, nesse âmbito, criar manuais de procedimentos e boas práticas.
- Iremos igualmente adquirir novas licenças de *software* de apoio à gestão, que nos permitirão dar um grande salto qualitativo nas tarefas de gestão da UMa e dos SASUMa.

Investigação

Para dar seguimento à aprovação do Regulamento da figura de projectos, criaremos um fundo de apoio à investigação que suportará os projectos de investigação, em áreas consideradas estratégicas, apresentados pela comunidade académica da UMa.

Diferenciação pelo mérito

- Vamos criar 2 fundos de apoio à mobilidade e às actividades académicas aos quais poderão aceder, em condições preferenciais, os funcionários docentes e não docentes que se tenham distinguido, pelo seu desempenho, no último período de avaliação.

- A dotação orçamental de cada Centro de Competências poderá ser reforçada em função da classificação média, obtida na avaliação de desempenho, dos seus membros. Este reforço terá os seguintes valores (em percentagem da dotação de base para o correspondente Centro de Competência):
 - classificação média de “Bom” – 10%;
 - classificação média de “Muito Bom” – 30%;
 - classificação média de “Excelente” – 50%.

Infraestruturas

Continuando a política iniciada no ano anterior, a UMa deve fazer face aos requisitos legais e, para o efeito, terá:

- dotações acrescidas para acudir às obrigações em matéria de higiene e segurança e aos encargos de manutenção das infraestruturas que utiliza;
- proceder à certificação energética das suas instalações;
- iniciar os procedimentos para ter produção própria de energia eléctrica, especialmente mediante a instalação de painéis fotovoltaicos;
- recuperar o Piso 0, da ala norte, do edifício do Colégio dos Jesuítas;
- realizar pequenas intervenções na Quinta de S. Roque;
- criar uma loja no edifício do Colégio dos Jesuítas para a comercialização de artigos de *merchandising*;
- criar um Centro Gráfico que apoiará as actividades de edição e publicação da comunidade académica.

Recursos Humanos

Para responder às exigências dos novos estatutos das carreiras docentes, da A3ES e das normativas legais de higiene, segurança e protecção do ambiente serão efectuadas novas contratações descritas no documento *“Recursos Humanos da Universidade da Madeira”*.

Internacionalização

Criaremos um Centro de Tradução e Texto para reforçar a presença e a visibilidade internacional da UMa, aumentar o número de publicações e oferecer um serviço profissional e de qualidade à comunidade académica e à sociedade.

Normas de execução

Ao orçamento apresentado estão associadas normas de execução das dotações que estão descritas num anexo ao presente documento.

Análise das receitas

Na previsão das receitas foi dada especial atenção à previsão do número de alunos, às taxas cobradas pela Unidade de Assuntos Académicos, aos serviços prestados pela UMa e a outras receitas de origem financeira.

Para efeitos de previsão da propina cobrada, o presente orçamento reflecte a introdução de uma quarta prestação de propina (o que se traduz numa redução de 16.67% da receita cobrada) e um provável decréscimo em 2010-11 do número de alunos inscritos nos 1ºs Ciclos de Estudos, dado que cerca de 40% do total de alunos inscritos no ano lectivo de 2009-10 se encontram a frequentar o 3º ano curricular. Deste modo, para efeitos de previsão do total de alunos inscritos no ano lectivo de 2010-11, prevê-se 615 novos ingressos nos 1ºs ciclos e 250 novas inscrições nos 2ºs ciclos, o que se traduz num total de 2.352 alunos nos 1ºs ciclos (inclui Ciclo Básico da Medicina) e 484 alunos nos 2ºs ciclos (considerando os mestrados integrados e os projectos formativos).

As previsíveis dificuldades de tesouraria aliadas à descida generalizada das taxas de juro terão um impacto negativo no orçamento de 2010 com uma redução de 40% da receita proveniente de aplicações de tesouraria de curto prazo.

Análise das despesas

Na elaboração do orçamento da despesa a atenção centrou-se nas despesas com o pessoal, nos gastos gerais da instituição e na distribuição interna do orçamento.

O orçamento da despesa com o pessoal, espelha a subida dos encargos com a Caixa Geral de Aposentações, que passarão de 11% para 15%, o programa de contratações para 2010, as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório e as aberturas de concurso para pessoal docente por força dos novos Estatutos da Carreira Docente, o que se traduz num acréscimo de 10% dos encargos totais com os recursos humanos.

No que se refere às despesas gerais, pretende-se dar continuidade à política de racionalização prevendo-se uma ligeira redução de 5,3%.

Quanto aos orçamentos internos a repartir pelos Colégios Universitário e Politécnico, o critério de distribuição adoptado seguiu o previsto nas regras de dotação e normas de execução orçamental da Universidade da Madeira para o exercício económico de 2010.

A distribuição pelos centros de competência que em 2010 teve por base a relação do ETI docente por centro.

Por último, destaca-se a agregação do orçamento por grandes áreas de intervenção, acreditando-se que permitirá uma maior racionalização e optimização dos recursos disponíveis.

Conclusão

Nesta fase de consolidação de procedimentos internos, apresentamos um conjunto transparente de regras de distribuição que em conjunto com as normas de execução orçamental permitirá melhorar as condições em que se realizam todas as vertentes da vida académica. Na espera da definição do montante de transferências do Orçamento de Estado, poderá existir a necessidade de proceder a pequenos reajustes que esperamos, no entanto, não afectarão os princípios aqui apresentados.

Orçamento 2010 - Centros de Competência

(euros)

| Centro de Competência | Nº de docentes - Tempo Integral | Nº de docentes - Tempo Parcial | Total docentes | Áreas - m2 (a) | Despesas Gerais (b) | Despesas Funcionamento | Total | Secretariado (c) | A distribuir 2010 |
|-----------------------|------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------------|------------------------|---------------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Artes e Humanidades | 49,00 | 0,30 | 49,30 | 690,20 | 41.400,00 | 15.600,00 | 57.000,00 | 800,00 | 14.800,00 |
| Ciências Exactas | 68,00 | 4,05 | 72,05 | 1.008,70 | 60.500,00 | 22.700,00 | 83.200,00 | 1.100,00 | 21.600,00 |
| Ciências Sociais | 34,00 | 7,25 | 41,25 | 577,50 | 34.700,00 | 13.000,00 | 47.700,00 | 700,00 | 12.300,00 |
| Ciências da Vida | 19,00 | 7,05 | 26,05 | 364,70 | 21.900,00 | 8.200,00 | 30.100,00 | 400,00 | 7.800,00 |
| Tecnologias da Saúde | 17,00 | 0,40 | 17,40 | 243,60 | 14.600,00 | 5.500,00 | 20.100,00 | 300,00 | 5.200,00 |
| Total | 187,00 | 19,05 | 206,05 | 2.884,70 | 173.100,00 | 65.000,00 | 238.100,00 | 3.300,00 | 61.700,00 |

Notas:

^(a) 14 m2 por docente (ETI)

^(b) 60 € por docente e ano

^(c) Cada centro irá contribuir com 5% do seu orçamento para funcionamento do secretariado

Em função da avaliação de 2009, dos centros de competência poderão ser distribuídos até 50% do valor atribuído para as despesas de funcionamento

Em função dos projectos apresentados os centros de custos poderão ser reforçados em 50% do orçamento base de funcionamento.

Orçamento 2010 - Colégio

| | Alunos Previstos | | Propina prevista 2010 | Taxa | 2010 | Secretariado e GAE | A distribuir 2010 |
|-------------------|------------------|-----------------|--------------------------|--------|-------------------|-----------------------|-------------------|
| | 2009-10 | 2010-11 | | | | | |
| 1º Ciclo | 2496 | 2.271 | 1.887.540,14 | 10,00% | 188.800,00 | 9.440,00 | 179.360,00 |
| 2º Ciclo | 147 | 290 | 173.539,61 | 25,00% | 43.400,00 | 2.170,00 | 41.230,00 |
| Outros (PG e CCD) | 22 | 20 | 19.998,20 | 20,00% | 3.999,64 | 199,98 | 3.799,66 |
| CET's | | 40 | 17.998,38 | 10,00% | 1.799,84 | 89,99 | 1.709,85 |
| Total | 2.665,00 | 2.621,00 | 2.099.076,33 | | 237.999,48 | 11.899,97 | 226.099,50 |

Pressupostos:

2009-10 - Uma Prestação da propina (num total de 3) e 20% de pagamentos em atraso.

2010-11 - Duas Prestações de propina (num total de quatro) deduzidos de 15% de pagamentos em atraso.

| | |
|-------------------------------|--------|
| Propina 2009-10 | 972,14 |
| Propina 2010-11 | 999,91 |
| Taxa de desistências/abandono | 10,00% |

Todos os alunos pagam propina pelo valor do 1º ciclo

| Código | Descrição | 2009 | 2010 |
|--------------|--|---------------------|-------------------|
| 9.10.101 | Serviços de limpeza edifícios/jardins | 180.000,00 | 171.900,00 |
| 9.10.102 | Serviços de vigilância e segurança | 120.000,00 | 119.300,00 |
| 9.10.103 | Electricidade | 120.000,00 | 130.000,00 |
| 9.10.104.1 | Rede fixa | 33.000,00 | 20.600,00 |
| 9.10.104.2 | Rede Móvel | 25.000,00 | 20.500,00 |
| 9.10.104.3 | Rede de Dados | 6.000,00 | 5.800,00 |
| 9.10.104.5 | Cabo TV | 300,00 | 300,00 |
| 9.10.105 | Água | 57.500,00 | 50.100,00 |
| 9.10.106 | Elevadores | 44.000,00 | 45.000,00 |
| 9.10.107 | Contrato manutenção AVAC | 16.000,00 | 15.200,00 |
| 9.10.108 | Licenças de software e manutenção | 61.000,00 | 67.100,00 |
| 9.10.199 | Outros Encargos | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 9.11 | Seguros | 25.000,00 | 12.700,00 |
| 9.12 | Encargos Apartamentos (Condomínio, reparação, etc) | 4.000,00 | 3.500,00 |
| 9.13 | Parque automóvel | 11.000,00 | 11.000,00 |
| 9.14 | Quotas | 18.500,00 | 18.900,00 |
| 9.16 | Rendas | 10.500,00 | 11.000,00 |
| 9.18 | Assinaturas e Publicações | 5.500,00 | 5.300,00 |
| 9.19 | Encargos Bancários | 8.750,00 | 7.500,00 |
| 9.20 | Encargos Correspondência | 13.000,00 | 12.000,00 |
| 9.21 | Contratos Manutenção Fotocopiadoras | | 10.300,00 |
| 9.99 | Outras Despesas | 235.000,00 | 200.000,00 |
| Total | | 1.044.050,00 | 988.000,00 |

Outros Apoios

| | 2009 | 2010 |
|-----------------------|------------------|------------------|
| Conselho Geral | 12.500,00 | 12.500,00 |
| Júris doutoramentos | 10.000,00 | 10.000,00 |
| Apoio aos alunos | 38.000,00 | 34.800,00 |
| Provedor do Estudante | 10.000,00 | 10.000,00 |
| Apoios diversos | 7.000,00 | 7.000,00 |
| Medicina | | 6.100,00 |
| Acções diversas | | 50.000,00 |
| Total | 77.500,00 | 74.300,00 |

DESPESAS COM PESSOAL RECEITAS PRÓPRIAS

| RUBRICA | VALOR TOTAL POR RUBRICA EM EUROS |
|---|----------------------------------|
| CONTR. IND.TRABALHO Pessoal em funções(01.01.04) VER RECEITAS A0 | 97.170,72 € |
| Alterações obrigatorias de posicionamento Remune(01.01.04) B0 | 0,00 € |
| Alterações facultativas de posicionamento Remune (01.01.04) C0 | 0,00 € |
| Recrutamento de pessoal para novos postos de Trabalho Contr. Individual a Tempo Indeterminado(01.01.04) D0 | 0,00 € |
| Pessoal Além Quadro Pessoal em funções(01.01.05) VER RECEITAS A0 | 306.414,72 € |
| PRESTAÇÕES DE SERVIÇO (RECEITAS PRÓPRIAS) (01. 01. 07) | 2.868,96 € |
| SERVIÇO DOCENTE - VISITANTES (01. 02. 14) | 31.717,41 € |
| PRELECTORES ESEM (02. 02. 25) | 25.576,49 € |
| TOTAL | 463.748,30 € |
| RUBRICA | VALOR TOTAL POR RUBRICA EM EUROS |
| Sub. Refeição Pessoal em funções (01.01.13) A0 | 15.781,92€ |
| Recrutamento de pessoal para novos postos de Trabalho (01.01.13) D0 | |
| Sub. Férias/Natal Pessoal em funções(01.01.14) A0 | 67.264,24 € |
| Recrutamento de pessoal para novos postos de Trabalho(01.01.14) D0 | |
| Outr Abonos Numerário e Espécie Pessoal em funções (01.02.14) | |
| Subsídio de Insularidade+Remuneração Mínima Garantida A0 | 16.119,28 € |
| Recrutamento de pessoal para novos postos de Trabalho D0 | 0,00 € |
| Segurança Social (01.03.05-A) a) | 96.995,03 € |
| TOTAL | 196.160,48 € |
| TOTAL GERAL | 659.908,77 € |

- a) Valor calculado de acordo com as percentagens da segurança social ao numero de pessoas exactas.
b) Venc.*14*2%+ o valor Rem.Mínima Horário Garantida
c) 14 pessoas x 21 dias x 4,11 x 11 meses

Remuneração mínima garantida:
Rem gar = VB*12M/52*40horas semanais = Valor Hora
Valor hora * Nº de horas diárias = X
Nº de meses da duração de contrato * 2 = nº de dias
Remuneração mínima garantida a pagar = X* nº de dias

DESPESAS COM PESSOAL ORÇAMENTO DE ESTADO

| DESCRIÇÃO | VALOR TOTAL POR RUBRICA EM EUROS |
|---|----------------------------------|
| PESSOAL DOS QUADROS Pessoal em funções (01.01.03) A0 | 5.143.039,53 € |
| Alterações obrigatorias de posicionamento Remune(01.01.03) B0 | 23.952,78 € |
| Alterações facultativas de posicionamento Remune (01.01.03) C0 | 14.530,95 € |
| Recrutamento de pessoal para novos postos de Trabalho(01.01.03) D0 | 0,00 € |
| PESSOAL ALÉM DOS QUADROS Pessoal em funções (01.01.05) A0 | 3.893.488,08 € |
| Alterações obrigatorias de posicionamento Remune(01.01.05) B0 | 153.985,02 € |
| Alterações facultativas de posicionamento Remune (01.01.05) C0 | |
| Recrutamento de pessoal para novos postos de Trabalho(01.01.05) D0 | 778.988,69 € |
| Pes. em qualquer outra situação. Pessoal em funções(01.01.09) (ESEM) A0 | 53.806,32 € |
| Alterações obrigatorias de posicionamento Remune (01.01.09) (ESEM) B0 | 0,00 € |
| Alterações facultativas de posicionamento Remune (01.01.09) C0 | 0,00 € |
| TOTAL | 10.061.791,37 € |
| DESCRIÇÃO | VALOR TOTAL POR RUBRICA EM EUROS |
| Pes. Aguard. Aposent. Pessoal em funções(01.01.08) A0 | 5.000,00 € |
| Gratif.Certas e Permanentes Pessoal em funções(01.01.10) (Presid.Dep.e Secretar. Reitoria) A0 | 67.165,25 € |
| Recrutamento de pessoal para novos postos de Trabalho (01.01.10) (Presid.Dep.e Secretar. Reitoria) D0 | |
| Representação Pessoal em funções(01.01.11) A0 | 25.639,91 € |
| Recrutamento de pessoal para novos postos de Trabalho (01.01.11) D0 | |
| Sub. Refeição Pessoal em funções (01.01.13) A0 | 318.582,34€ |
| Sub. Férias/Natal Pessoal em funções(01.01.14) A0 | 1.228.883,99€ |
| Sub. Férias/Natal Pessoal em funções(01.01.14) D0 | 109.149,94€ |
| Remuneração de doença Maternidade/Pat Pessoal em funções(01.01.15) A0 | 0,00 € |
| Gratif. Variaveis e Eventuais (01.02.01) Cooperantes DCE | 5.426,19€ |
| Hora extraordinárias (01.02.02) | 4.000,00 € |
| Ajudas de custo Representação Pessoal em funções(01.02.04.) A | 0,00 € |
| Abonos variaáveis ou eventuais- Suplementos e Prémios (01.02.13) | 0,00 € |
| Abonos variaáveis ou eventuais- Prémios de desmpenho (01.02.13.PD.) | 0,00 € |
| O.A.N.Espécie-Outros Abonos Pessoal em funções(01.02.14) A | 210.134,98 € |
| Recrutamento de pessoal para novos postos de Trabalho (01.02.14) D | 7.607,63 € |
| Abono para Falhas (01.02.05) | 0,00 € |
| Subsídio Familiar a Crianças e Jovens Pessoal em funções(01.03.03) A | 32.172,36 € |
| Recrutamento de pessoal para novos postos de Trabalho (01.03.03) D | 250,00 € |
| Outras Prestações Familiares (01.03. 04) | 1.300,00 € |
| Acid. Serviços e Doenças Profissionais Pessoal em funções(01.03.06) A | 250,00 € |
| Recrutamento de pessoal para novos postos de Trabalho (01.03.06) D | 250,00 € |
| Contribuições Segurança Social Entidade Patronal (01.03.05-B) | 264.086,78 € |
| Outras Despesas de Segurança Social (01. 03.10) P0 (Parentalidade) | 0,00 € |
| Contribuições Caixa Geral de Aposentações Entidade Patronal (01.03.05-A) | 1.185.930,62€ |
| Outras Despesas de Segurança Social (01. 03.10) G0 contribuições CGA -Parentalidade) | 0,00 € |
| TOTAL | 3.465.830,00 € |
| TOTAL GERAL | 13.527.621,37 € |
| TOTAL s/CGA | 12.341.690,75 € |

Valor total a distribuir em 2010

| |
|-----------|
| 95.000,00 |
|-----------|

| Serviço | 2009 | 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Reitoria | 62.500,00 | 62.500,00 |
| Gabinetes | 10.000,00 | 10.000,00 |
| Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros | 11.250,00 | 11.250,00 |
| Direcção de Infraestruturas e da Academia | 11.250,00 | 11.250,00 |
| Total | 95.000,00 | 95.000,00 |

Regras de dotação e normas de execução orçamental da Universidade da Madeira para o exercício económico de 2010

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

O Orçamento da Universidade da Madeira

O Orçamento da Universidade da Madeira para o ano de 2010 é a expressão numérica, integral e sistemática das obrigações que, como máximo, se podem assumir, bem como os direitos que se prevêem liquidar no exercício de 2010.

Artigo 2.º

Gestão

A gestão do Orçamento far-se-á de acordo com as presentes normas, com os Estatutos da Universidade (Despacho normativo nº 53/2008 de 17/10), com a Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, com as regras que no futuro aprove o Conselho de Gestão, com o Orçamento de Estado, a Lei de Enquadramento Orçamental (Lei 91/2001 e alterações), o Regime da Administração Financeira do Estado (DL 155/92) e demais legislação aplicável.

Artigo 3.º

Directrizes da actividade económico-financeira

1. A Universidade organizará e desenvolverá os seus sistemas e procedimentos de gestão económico-financeira no estrito cumprimento das disposições legais para alcançar objectivamente os seus fins básicos.
2. As despesas da Universidade ajustam-se, na sua programação e execução, aos princípios da economia, eficácia e eficiência, com a objectividade e transparência exigíveis na administração de recursos públicos.

Artigo 4.º

Princípios orçamentais

1. Princípio da anualidade, a Universidade cumpre o orçamento anual aprovado pelo Conselho Geral.
2. Princípio do equilíbrio ou da unidade de Tesouraria, em que os recursos a auferir terão que cobrir todas as despesas.
3. Os recursos da Universidade destinam-se a satisfazer o conjunto das suas obrigações, excepto se por disposição legal, orçamental ou pela natureza da receita, se estabeleça a sua afectação para um fim determinado.
4. Princípio da não compensação, em que os direitos liquidados e as obrigações reconhecidas aplicar-se-ão pelo seu montante integral, não podendo ser reconhecidas novas obrigações mediante minoração dos direitos a liquidar ou já cobrados.
5. Princípio da não consignação ou da não afectação do produto de quaisquer receitas à cobertura de determinadas despesas, excepto em situações previstas por lei.
6. As dotações orçamentais destinam-se exclusivamente para as finalidades específicas para as quais foram autorizadas no Orçamento ou nas alterações aprovadas de acordo com as presentes normas.

Artigo 5.º

Contabilidade e prestação de contas

1. A Universidade observa, no seu registo contabilístico, as disposições do Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação para reflectir de forma adequada todas as operações e os seus resultados e para facultar informação sobre o desenvolvimento das suas actividades.
2. A Universidade, na observância do artigo 63.º dos seus Estatutos e do artigo 13.º da Lei nº. 37/2003, de 22 de Agosto, consolida as suas contas com as dos Serviços de Acção Social da Universidade da Madeira.
3. A Universidade está obrigada a aprovar as contas, após parecer do seu Fiscal Único, e prestar contas da sua actividade ao Tribunal de Contas, no prazo de quatro meses após o encerramento do exercício económico.

Artigo 6.º

Competência para autorizar despesas e pagamentos

1. Compete ao Reitor autorizar e ordenar as despesas com recurso às dotações orçamentais da Universidade, bem como com recurso aos fundos cujo titular seja a Universidade da Madeira.
2. O Reitor delegou as suas competências de autorização e ordenação de despesas e pagamentos nos termos previstos no artigo 27.º dos Estatutos da Universidade.
3. Os processos de despesas terão suporte documental e, para efeitos económicos, englobam as seguintes fases:
 - a. Autorização da despesa;
 - b. Disposição ou compromisso da despesa;
 - c. Reconhecimento da obrigação;
 - d. Pagamento material.
4. Poder-se-ão realizar operações mistas ou múltiplas que combine várias ou todas as fases enumeradas.

Artigo 7.º

Aprovação da despesa

1. A autorização é o acto mediante o qual se aprova a realização de uma despesa determinada, por uma quantia certa ou aproximada, reservando para tal fim a totalidade ou parte de uma dotação orçamental.
2. Para efeitos de aprovação da despesa terão que ser observados os requisitos gerais da conformidade legal, da regularidade financeira (com inscrição orçamental, classificação económica e cabimento) e da boa gestão financeira (economia, eficiência e eficácia).
3. A aprovação inicia o procedimento de execução da despesa, sem que implique relações com terceiros alheios à Universidade.

Artigo 8.º

Compromisso da despesa

1. O compromisso é o acto mediante o qual se acorda, cumprindo os trâmites legalmente estabelecidos, a realização de despesas previamente aprovadas, por um montante determinado ou determinável.
2. O compromisso é um acto com relevância jurídica para com terceiros, vinculando a Universidade à realização da despesa correspondente nas condições estabelecidas.

Artigo 9.º

Reconhecimento da obrigação

1. O reconhecimento da obrigação é o acto mediante o qual se declara a existência de um crédito exigível contra a Universidade, decorrente de uma despesa aprovada e comprometida e que comporta a proposta do pagamento correspondente.
2. O reconhecimento de obrigações da Universidade produz-se apresentando, ao órgão competente, provas documentais do direito do credor, em conformidade com os acordos que aprovaram e comprometeram a despesa.

Artigo 10.º

Pagamento material

1. Sem prejuízo do cumprimento de obrigação de pagamentos de vencimento fixo, quem ordene os pagamentos estabelecerá a ordem da sua prioridade consoante as disponibilidades da Tesouraria, devendo atender preferencialmente à antiguidade das ordens de pagamento.
2. A Tesouraria realizará o pagamento material aos credores, em cujo favor estiverem emitidas as ordens de pagamento, preferencialmente por transferência bancária.

Artigo 11.º

Direitos económicos

1. Não se podem alienar, agravar nem arrendar os direitos económicos da Universidade, excepto nos casos previstos na Lei.
2. Não se podem conceder isenções, bonificações, perdões, descontos ou moratórias no pagamento dos direitos à Universidade, excepto nos casos e na forma que determine a Lei.
3. Compete ao Conselho de Gestão reconhecer a natureza incobrável dos direitos da Universidade.

Artigo 12.º

Adiamento e fraccionamento

1. Poderão ser adiados ou fraccionados os pagamentos dos montantes em dívida para com a Universidade, por resolução do Conselho de Gestão, quando a situação financeira do devedor o impedir, temporariamente, de efectuar o pagamento.
2. Pelo adiamento e fraccionamento do pagamento dos montantes em dívida serão cobrados juros de mora e serão estabelecidas as garantias necessárias para a sua cobrança.

Artigo 13.º

Prescrição dos direitos

1. Os direitos da Universidade declarados prescritos serão abatidos das contas, por resolução do Conselho de Gestão.
2. A Administradora poderá determinar a anulação e abatimento contabilístico dos direitos cujo montante em dívida seja insuficiente para fazer face ao custo da sua cobrança.

Artigo 14.º

Obrigações

1. As obrigações económicas da Universidade decorrem da Lei, dos negócios jurídicos e dos actos de Direito que as produzam.

2. As obrigações de pagamento só são exigíveis à Universidade quando resultem da execução dos seus orçamentos, de sentenças transitadas em julgado ou de operações extra-orçamentais devidamente autorizadas.
3. Se as obrigações decorrerem de entregas de bens ou prestações de serviços à Universidade, o pagamento não poderá efectuar-se se o credor não tiver cumprido ou garantido a sua obrigação associada, excepto nos casos previstos pelas presentes normativas.

Artigo 15.º

Juros de mora

Na determinação do prazo de pagamento e dos juros de mora, será observado o disposto na Lei, que estabelece medidas de luta contra a morosidade nas operações comerciais.

Artigo 16.º

Prescrição das obrigações

1. Das obrigações de natureza económica da Universidade, sem prejuízo do estabelecido em leis especiais, prescrevem ao final de cinco anos:
 - a. O direito ao reconhecimento ou liquidação de qualquer obrigação que não seja solicitado contra a apresentação de documentos justificativos, contando o prazo da data em que se concluiu o serviço ou a prestação que determinava a obrigação ou desde o dia em que o direito se podia exercer;
 - b. O direito a exigir o pagamento das obrigações já reconhecidas ou liquidadas, se não for reclamado pelos legítimos titulares dos direitos, contando o prazo a partir da data de notificação, do reconhecimento ou liquidação da respectiva obrigação.
2. Sem prejuízo do estabelecido em leis especiais, o prazo da prescrição suspende de acordo com as normas do Código Civil.
3. As obrigações prescritas da Universidade serão abatidas das respectivas contas, por resolução do Conselho de Gestão.

Capítulo II

O orçamento e as suas alterações

Artigo 17.º

Dotações iniciais

1. O orçamento da Universidade será financiado por:
 - a. Dotações que lhe forem concedidas pelo Estado ou pela Região Autónoma da Madeira;
 - b. Rendimentos de bens próprios ou de que tenha a fruição;
 - c. Receitas provenientes do pagamento de propinas;
 - d. Receitas decorrentes da prestação de serviços;
 - e. Subsídios, subvenções, participações, doações, heranças e legados;
 - f. Produto da venda de bens, quando autorizada por lei;
 - g. Saldos da conta de gerência de anos anteriores;
 - h. Produto de taxas, emolumentos, multas e penalidades;
 - i. Quaisquer outras receitas que legalmente lhe advenham.
2. O Centro de Custo de cada Centro de Competência terá uma dotação inicial com montante igual ao resultante da soma de:

- a. 285€/ETI docente/ano para assegurar o funcionamento;
 - b. 840€/ETI docente/ano para assegurar o pagamento das despesas gerais;
 - c. Os *royalties* das Prestações de Serviço cujos coordenadores na Universidade sejam membros desse Centro de Competência;
 - d. 50% do montante das propinas cobradas aos alunos inscritos nos 3º ciclos desse Centro de Competência;
 - e. 10% do montante referido na alínea a) se a classificação do Centro de Competência for “Bom”;
 - f. 30% do montante referido na alínea a) se a classificação do Centro de Competência for “Muito Bom”;
 - g. 50% do montante referido na alínea a) se a classificação do Centro de Competência for “Excelente”;
 - h. 50% do montante referido na alínea a), para financiamento de projectos propostos à Reitoria nas condições fixadas em Edital de abertura de concurso.
3. O Centro de Custo de cada Colégio terá uma dotação inicial com montante igual ao resultante da soma de:
 - a. 10% do montante das propinas cobradas aos alunos inscritos nos 1º Ciclos de Estudo geridos por esse Colégio;
 - b. 10% do montante das propinas cobradas aos alunos inscritos nos Cursos de Especialização Tecnológica geridos por esse Colégio;
 - c. 25% do montante das propinas cobradas aos alunos inscritos nos 2º Ciclos de Estudo geridos por esse Colégio;
 - d. 20% do montante das taxas de matrícula cobradas aos alunos inscritos em outras acções de formação, não conducentes à atribuição de grau académico, geridas por esse Colégio.
 4. O Centro de Custo de cada Centro de Investigação terá uma dotação inicial com montante igual ao resultante da soma de:
 - a. 25% dos *overheads* cobrados em projectos financiados por entidades externas;
 - b. 840€/ano/ETI investigador, que não conste da alínea b) do número 2 e tenha capacidade eleitoral para os órgãos do Centro de Competência onde o Centro de Investigação esteja integrado;
 - c. Um montante, calculado de acordo com o estipulado na tabela seguinte, em função do número de investigadores doutorados e alunos de doutoramento.

Tabela 1*. Montantes a distribuir aos Centros de Investigação

| Centro | Por investigador doutorado com capacidade eleitoral para os órgãos dos CC | Por aluno de doutoramento inscrito na UMa a desenvolver trabalho no CI |
|---------|---|--|
| CCM | 155€/ano | 155€/ano |
| CEEApIA | 66€/ano | 66€/ano |
| CEM | 912€/ano | 300€/ano |
| CIE | 162€/ano | 162€/ano |
| CQM | 858€/ano | 300€/ano |

* Utilizando os rácios definidos pela University Grants Committee

Artigo 18.º

Globalidade das receitas e despesas

As receitas da Universidade destinam-se a suportar as despesas decorrentes das actividades próprias da Universidade no seu todo, embora algumas dotações possam estar vinculadas a actividades específicas, como por exemplo no caso particular dos projectos de investigação.

Artigo 19.º

Aplicação das dotações

1. Só se podem contrair, com recurso às dotações orçamentadas, obrigações decorrentes de aquisições, obras, serviços e outras prestações ou gastos gerais devidamente enquadradas no orçamento vigente.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, serão admitidas as obrigações resultantes da liquidação de atrasos a favor dos trabalhadores cujas remunerações onerem o orçamento da Universidade.
3. O titular do Centro de Custo fundamentará as propostas de despesa imputadas ao seu Centro de Custo.
4. Quando for detectada a realização de uma despesa sem o devido enquadramento, o Conselho de Gestão tomará as resoluções suficientes e necessárias para sanar as deficiências detectadas.

Artigo 20.º

Prolongamento do orçamento

1. Se o orçamento não for aprovado, em sede de Conselho Geral, antes do primeiro dia do exercício económico, considera-se automaticamente prolongado, até à data de aprovação do novo, o prazo de vigência do último orçamento aprovado.
2. O prolongamento não afecta as dotações correspondentes a actuações que terminem no exercício cujo orçamento se prolonga ou as obrigações que se extinguem no mesmo.
3. A estrutura orgânica do orçamento prolongado será adaptada, sem alteração do montante total, à organização administrativa em vigor no exercício em o orçamento se deve executar.

Artigo 21.º

Classificação das dotações

As dotações orçamentais classificam-se de acordo com:

- a. Critérios orgânicos;
- b. Critérios funcionais;
- c. Critérios económicos.

Artigo 22.º

Vinculação das dotações

1. As dotações para despesas destinam-se exclusivamente à finalidade específica prevista no Orçamento ou nas alterações orçamentais aprovadas de acordo com as presentes normas.
2. As dotações destinadas a despesas de pessoal, despesas correntes em bens e serviços e investimentos têm carácter vinculativo ao nível de cada Centro de Custo.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as dotações autorizadas para as despesas têm carácter limitativo e vinculativo ao nível da natureza da despesa por cada Centro de Custo.

4. Não serão inscritos compromissos por um montante superior ao montante das dotações autorizadas, dependendo do estado dos direitos, sendo nulos os actos e as disposições que infrinjam esta norma.
5. Os Centros de Custo com financiamento externo terão essas dotações disponíveis para execução quando a entidade financiadora assine com a Universidade da Madeira um convénio ou contrato reconhecendo a obrigação correspondente.
6. Nas situações descritas no número anterior, a disponibilização das dotações, antes do ingresso na Tesouraria da Universidade do montante concedido pela entidade externa, está limitado às disponibilidades de tesouraria e a um adiantamento máximo de 25% do montante em falta.
7. Não se considera garantia suficiente, para a disponibilização de uma dotação, a notificação, por parte de uma entidade financiadora externa, da concessão de financiamento.

Artigo 23.º

Alterações das dotações

1. As dotações inicialmente autorizadas poderão ser objecto de alterações orçamentais de acordo com as presentes normas, os Estatutos da Universidade da Madeira e a legislação vigente aplicável.
2. As alterações orçamentais poderão resultar de:
 - a. Transferências de dotações;
 - b. Aumentos de dotações;
 - c. Dotações extraordinárias;
 - d. Incorporações de dotações.
3. As alterações das dotações, serão realizadas em primeira instância pela Unidade Económica e Financeira, com a aprovação expressa da Administradora.
4. A Unidade Económica e Financeira poderá realizar as alterações orçamentais necessárias para regularizar os fundos de maneo e para imputar as despesas gerais às unidades orgânicas.

Artigo 24.º

Transferências de dotações

1. A transferência consiste na passagem, da totalidade ou parte, da dotação de uma rubrica orçamental para outra, ou de um Centro de Custo para outro, na qual existe um défice ao longo do exercício orçamental.
2. As transferências de dotações implicam uma alteração na distribuição das dotações, sem que haja um aumento do Orçamento da Universidade.
3. As transferências de dotações para fazer face a despesas financeiras e coimas serão autorizadas pelo Reitor ou qualquer membro do Conselho de Gestão.
4. A realização de transferências de dotações, que serão obrigatoriamente fundamentadas por escrito pelos titulares dos Centros de Custo envolvidos, pressupõe a autorização para efectuar as correspondentes propostas de despesas.
5. Não se poderão diminuir as dotações que foram aumentadas, nem se poderão aumentar dotações que foram diminuídas, mediante outras transferências de dotações.

Artigo 25.º

Aumento de dotações

1. Excepcionalmente, poderá haver aumento das dotações, nas condições previstas neste número, para fazer face:
 - a. às progressões automáticas nas carreiras dos trabalhadores da Universidade;

- b. às alterações do posicionamento remuneratório decorrente da avaliação do desempenho dos trabalhadores da Universidade;
 - c. aos aumentos dos salários e contribuições obrigatórias impostos por normas legais;
 - d. a resoluções administrativas ou sentenças judiciais transitadas em julgado.
- 2. O financiamento dos aumentos de dotações só se poderá realizar com recurso aos saldos dos exercícios anteriores ou a receitas superiores às inicialmente previstas.
- 3. Não se podem aumentar as dotações que foram diminuídas para financiar as actuações descritas no número 1.

Artigo 26.º

Dotações Extraordinárias

- 1. As dotações extraordinárias são alterações que incrementam as dotações como resultado da realização de determinadas receitas não previstas ou superiores às contempladas no orçamento inicial.
- 2. As dotações poderão ser incrementadas, nomeadamente, por realização de receitas de:
 - a. Vendas de bens e prestações de serviços;
 - b. Pagamentos de dívidas;
 - c. Receitas afectas à realização de actuações determinadas.
- 3. Quando as receitas sejam geradas por actuações enquadradas em centros de custo já extintos, os incrementos das dotações serão contabilizados, sempre que possível, nos centros de custo que sejam continuações dos anteriormente extintos.

Artigo 27.º

Incorporação de dotações

- 1. As dotações para despesas que no último dia do exercício não estejam afectas ao cumprimento de obrigações já reconhecidas serão anuladas de pleno direito.
- 2. Poderão ser incorporadas às correspondentes dotações de um exercício os saldos das dotações do exercício anterior, somente as afectas à realização de actuações com carácter plurianual e as necessárias para satisfazer as aquisições não concluídas no exercício cessante.
- 3. As incorporações de dotações somente se realizarão com recurso ao saldo das receitas cobradas que no final do exercício anterior não tenha sido afecto ao cumprimento de obrigações.

Capítulo III

Dotações dos Centros de Custo

Artigo 28.º

Limites na utilização das dotações dos Centros de Competência

- 1. As dotações atribuídas aos Centros de Competência são finais e serão utilizados para suportar as despesas de funcionamento do correspondente Centro de Competência.
- 2. Conhecida a dotação orçamental de cada Centro de Competência para o exercício económico seguinte, o Presidente desse Centro deverá submeter, no prazo de 30 dias corridos, para aprovação do Conselho de Gestão uma proposta de orçamento interno que obedecerá aos seguintes critérios:
 - a. As despesas de deslocação e alojamento serão inferiores a 20% da dotação anual do Centro de Custo;

- b. As despesas para aquisição de computadores portáteis serão inferiores a 20% da dotação anual do Centro de Custo, e no momento da entrega do bem o titular do centro de Custo assinará um termo de responsabilidade de guarda do bem.
 - c. Ao longo do exercício, os Centros de Competência deverão executar pelo menos:
 - i. 30% da sua dotação anual até ao dia 30 de Junho de 2010;
 - ii. 65% da sua dotação anual até ao dia 30 de Setembro de 2010.
- 3. As despesas dos Centros de Competência não excederão o montante da dotação orçamental de cada Centro.
- 4. Se, por força de circunstâncias extraordinárias não previsíveis, um Centro de Competências necessitar de realizar, no decorrer do exercício económico, alguma despesa que supere a dotação disponível nesse momento, deverá apresentar uma solicitação ao Conselho de Gestão para análise e autorização, se considerada procedente.

Artigo 29.º

Limites na utilização das dotações dos Colégios da Sociedade do Conhecimento

- 1. As dotações atribuídas aos Colégios da Sociedade do Conhecimento são finais e serão utilizados para suportar exclusivamente as despesas de funcionamento dos Ciclos de Estudo, Cursos e acções de formação por eles geridos.
- 2. Conhecida a dotação orçamental de cada Colégio da Sociedade do Conhecimento para o exercício económico seguinte, o Presidente desse Colégio deverá submeter, no prazo de 30 dias corridos, para aprovação do Conselho de Gestão uma proposta de orçamento interno que obedecerá aos seguintes critérios:
 - a. As despesas de deslocação e alojamento serão inferiores a 5% da dotação anual do Centro de Custo, não se contabilizando aqui as despesas associadas à vinda de elementos para participação em júris de provas na Universidade da Madeira;
 - b. As despesas para aquisição de computadores portáteis serão inferiores a 10% da dotação anual do Centro de Custo, e no momento da entrega do bem o titular do centro de Custo assinará um termo de responsabilidade de guarda do bem.
 - c. Ao longo do exercício, os Colégios deverão executar pelo menos:
 - i. 30% da sua dotação anual até ao dia 30 de Junho de 2010;
 - ii. 65% da sua dotação anual até ao dia 30 de Setembro de 2010.
- 3. As despesas dos Colégios da Sociedade do Conhecimento não excederão o montante da dotação orçamental de cada Colégio.
- 4. Se, por força de circunstâncias extraordinárias não previsíveis, um Colégio da Sociedade do Conhecimento necessitar de realizar, no decorrer do exercício económico, alguma despesa que supere a dotação disponível nesse momento, deverá apresentar uma solicitação ao Conselho de Gestão para análise e autorização, se considerada procedente.

Artigo 30.º

Aquisição e inventariação de bens

- 1. A gestão da aquisição de bens e serviços compete à Unidade de Aprovisionamento e Património, quando:
 - a. O montante da aquisição supere os 5.000 euros (sem IVA);
 - b. Se trate de processos de aquisição de viagens ou bibliografia;
 - c. Solicitado pelo titular do Centro de Custo.

2. Nos casos não previstos no número anterior a gestão da aquisição bens e serviços compete:
 - a. Ao Secretariado dos Centros de Competências quando as despesas forem imputáveis aos Centros de Custos dos Centros de Competências;
 - b. Ao Secretariado dos Colégios e Projectos de Formação quando as despesas forem imputáveis aos Centros de Custos dos Colégios e projectos de formação.
3. Não é permitido o fraccionamento das aquisições, de acordo com a definição legal deste conceito, para impedir que os montantes envolvidos superem o limite estabelecido na alínea a) do número 1, e a sua prática implica a abertura de um procedimento disciplinar, ao abrigo da Lei nº. 58/2008, de 9 de Setembro, aos intervenientes em tal prática.
4. Os titulares dos Centros de Custo respondem pela correcta utilização, manutenção e guarda dos bens inventariáveis adquiridos ao abrigo dos respectivos Centros de Custo.

Artigo 31.º

Dotações procedentes de financiamentos de projectos por entidades externas

1. As receitas provenientes de financiamentos específicos concedidos por entidades externas serão utilizadas pelos titulares dos correspondentes Centros de Custo para suportar as despesas originadas pelos projectos ou actividades para os quais tenham sido explicitamente concedidos.
2. A gestão administrativa das despesas compete ao Gabinete de Planeamento, Projectos e Cooperação, GPC, que procederá de acordo com:
 - a. As solicitações do titular do Centro de Custo;
 - b. Os critérios e as especificações emanados pelas entidades externas que concederam os financiamentos;
 - c. As normativas da Universidade e a leis gerais aplicáveis.
3. Para poder tramitar as despesas das actividades, o correspondente Centro de Custo deverá dispor de saldo suficiente.
4. Nos casos em que as despesas decorrentes da execução das actividades devam ser tramitadas antes da disponibilidade orçamental referida no número anterior, a Administradora poderá autorizar a disponibilização da dotação para a materialização das actividades até ao limite fixado pelo número 6 do artigo 17.º.
5. Os adiantamentos concedidos serão repostos quando os montantes das dotações orçamentais sejam disponibilizados pelas entidades financiadoras.
6. As despesas entretanto suportadas pela Universidade e consideradas não elegíveis pelas entidades financiadoras, por motivo de incumprimento dos critérios ou negligência na gestão imputáveis ao titular pelo Centro de Custo, serão satisfeitas, sempre que possível, mediante proposta de imputação de despesas suportadas pela Universidade, ou por receitas geradas pelo titular do Centro de Custo.
7. Quando o titular pelo Centro de Custo pretenda alterar as dotações orçamentais, deverá apresentar essas propostas à entidade financiadora externa dando conhecimento das pretensões ao GPC e à Administradora.

Artigo 32.º

Dotações procedentes de financiamentos de prestações de serviço

1. As receitas provenientes de financiamentos específicos concedidos por entidades externas serão utilizadas pelos titulares dos correspondentes Centros de Custo para suportar as despesas originadas pelos projectos ou actividades para os quais tenham sido explicitamente concedidos.
2. A gestão administrativa das despesas compete à Unidade Económica e Financeira, UEF, que procederá de acordo com:

- a. As solicitações do titular do Centro de Custo;
 - b. Os critérios e as especificações emanados pelas entidades externas que concederam os financiamentos;
 - c. As normativas da Universidade e a leis gerais aplicáveis.
3. Para poder tramitar as despesas das actividades, o correspondente Centro de Custo deverá dispor de saldo suficiente.
4. Nos casos em que as despesas decorrentes da execução das actividades devam ser tramitadas antes da disponibilidade orçamental referida no número anterior, a Administradora poderá autorizar a disponibilização da dotação para a materialização das actividades até ao limite fixado pelo número 6 do artigo 17.º.
5. Os adiantamentos concedidos serão repostos quando os montantes das dotações orçamentais sejam disponibilizados pelas entidades financiadoras.
6. Quando o titular pelo Centro de Custo pretenda alterar as dotações orçamentais, deverá apresentar essas propostas à entidade financiadora externa dando conhecimento das pretensões ao GPC e à Administradora.

Artigo 33.º

Dotações dos Ciclos de Estudo não integrados nos Colégios

1. A gestão financeira dos Ciclos de Estudos não integrados nos Colégios será realizada pelo titular do correspondente Centro de Custo de acordo com o estudo de viabilidade financeira aprovado pelo Conselho de Gestão para cada um dos Ciclos de Estudos.
2. As dotações atribuídas aos Centros de Custo destes Ciclos de Estudos são finais e serão utilizados para suportar exclusivamente as despesas de funcionamento de cada Ciclo de Estudos.
3. As despesas dos Centros de Custo não excederão o montante da dotação orçamental de cada Centro de Custo.
4. Se, por força de circunstâncias extraordinárias não previsíveis, um Centro de Custo necessitar de realizar, no decorrer do exercício económico, alguma despesa que supere a dotação disponível nesse momento, deverá apresentar uma solicitação ao Conselho de Gestão para análise e autorização, se considerada procedente.
5. No que não estiver contemplado no estudo de viabilidade financeira aprovado aplicam-se as normas definidas no artigo 24.º.

Artigo 34.º

Organização de workshops e de encontros científicos e de divulgação

A proposta de organização de workshops, congressos e outras reuniões científicas, que envolvam despesas para a Universidade, serão apresentadas com uma antecedência mínima de 45 dias corridos ao Conselho de Gestão, que determinará, quando proceda, os requisitos e normas de execução financeira de cumprimento obrigatório para a realização dos referidos eventos.

Artigo 35.º

Contratação de pessoal com recurso a dotações de projectos e prestações de serviço

A contratação a termo de pessoal necessário para o desenvolvimento de projectos de investigação e prestações de serviço, far-se-á de acordo com os Regulamentos de Contratação, de Selecção e Recrutamento e de Bolsas da Universidade.

Artigo 36.º

Apoios concedidos pela Universidade da Madeira

1. Os apoios concedidos pela Universidade a pessoas ou entidades regulam-se pelo disposto neste artigo e pelas normativas específicas de cada um desses apoios.
2. Considera-se um apoio qualquer disposição económica acordada pela Universidade a favor de pessoas ou entidades para o desenvolvimento de actividades de interesse especial para a Universidade.
3. Os apoios com recurso a dotações orçamentais iniciais, que não têm uma atribuição nominal, e que afectem um colectivo geral ou indeterminado de potenciais beneficiários, devem conceder-se observando os princípios de publicidade, concorrência e objectividade.
4. Relativamente aos apoios referidos no número anterior, quando não exista um regulamento previamente estabelecido, os órgãos da Universidade que anunciam a convocatória devem fixar as normas aplicáveis à concessão dos apoios, ouvido o Conselho de Gestão da Universidade, e torná-las públicas.
5. Das normas para a concessão dos apoios devem constar, no mínimo:
 - a. A definição do objecto do apoio;
 - b. Os requisitos necessários para obter o apoio e a forma de os demonstrar;
 - c. O prazo e a forma dos beneficiários demonstrarem o cumprimento da finalidade para a qual se concede o apoio;
 - d. A forma de concessão do apoio;
 - e. A obrigação do beneficiário de fornecer toda a informação requerida pelos órgãos de controlo e acompanhamento.
6. Os beneficiários estão obrigados a finalizar as actividades que fundamentam a concessão do apoio e a demonstrá-lo ao órgão da Universidade que concede o apoio.
7. Não serão concedidos apoios a pessoas ou entidades que tenham pendentes as justificações de apoios anteriormente concedidos pela Universidade.
8. O montante do apoio não será atribuído, ou será exigida a sua devolução, quando:
 - a. O apoio tiver sido concedido sem reunir as condições exigidas para o efeito;
 - b. Se verifique o incumprimento da finalidade para a qual o apoio foi concedido.
 - c. Se verifique o incumprimento da obrigação de justificação.
9. Os montantes de apoio concedidos e não executados serão reintegrados no Orçamento da Universidade.

Artigo 37.º

Fundo de Mobilidade da Universidade da Madeira

1. Com o propósito de responder à especificidade geográfica da Universidade da Madeira, foi criado o Fundo de Mobilidade que poderá ser utilizado por todos os funcionários docentes e não-docentes da Universidade para suportar as despesas de deslocação e alojamento decorrentes da participação em actividades de interesse para a Universidade.
2. O Fundo de Mobilidade terá duas parcelas:
 - a. Uma dotação com um montante igual 35% da soma dos custos de recursos humanos inscritos nos estudos de viabilidade financeira, do conjunto das actividades desenvolvidas pela Universidade aprovado em Conselho de Gestão, que não deu origem a pagamentos ou foram utilizados para efeitos de justificação de co-financiamento;
 - b. Uma outra dotação com um montante igual à soma dos montantes que, voluntariamente, qualquer Centro de Custo, dentro dos limites fixados por estas normas, queira disponibilizar para a constituição do fundo, acrescido de 20% desse montante disponibilizado pela Universidade.

3. O acesso à utilização da parcela definida na alínea a) do número 2 far-se-á mediante apresentação de candidaturas a Bolsas de Mobilidade cuja aprovação obedecerá às regras fixadas no anúncio de abertura do concurso.
4. O acesso à utilização da parcela definida na alínea b) do número 2 está limitado, até ao limite de 120% da sua participação, aos Centros de Custo que disponibilizaram dotações para a constituição da parcela.
5. O anúncio de abertura do concurso para a aprovação das candidaturas mencionadas no número 3, atenderá obrigatoriamente aos seguintes critérios:
 - a. Classificação na avaliação de desempenho do candidato;
 - b. Mérito da actividade em que irá participar.
6. Os apoios concedidos pelo Fundo de Mobilidade não poderão ser acumulados com outras ajudas ou apoios para a participação nas actividades para os quais foram aprovados.

Artigo 38.º

Fundo de Apoio à Actividade Docente da Universidade da Madeira

1. Com o propósito de responder à especificidade geográfica da Universidade da Madeira, foi criado o Fundo de Apoio à Actividade Docente que poderá ser utilizado por todos os funcionários docentes da Universidade para desenvolver actividades docentes de interesse para a Universidade.
2. O Fundo de Apoio à Actividade Docente terá uma dotação com um montante igual 35% da soma dos custos de recursos humanos docentes inscritos nos estudos de viabilidade financeira, do conjunto das actividades desenvolvidas pela Universidade aprovado em Conselho de Gestão, que não deram origem a pagamentos ou foram utilizados para efeitos de justificação de co-financiamento.
3. O acesso à utilização do Fundo de Apoio à Actividade Docente far-se-á mediante apresentação de candidaturas a Bolsas de Apoio à Actividade Docente cuja aprovação obedecerá às regras fixadas no anúncio de abertura do concurso.
4. O anúncio de abertura do concurso para a aprovação das candidaturas mencionadas no número 3, atenderá obrigatoriamente aos seguintes critérios:
 - a. Classificação na avaliação de desempenho do candidato;
 - b. Mérito da actividades cuja implementação é proposta.

Capítulo III

Gestão das despesas

Artigo 39.º

Processo de gestão dos Centros de Custo

1. As unidades que operem para efeitos orçamentais como Centros de Custo, terão como titular único uma pessoa que será a responsável pela aplicação das dotações do Centro de Custo.
2. Não poderão ser constituídos Centros de Custo de natureza individual.
3. Os Centros de Custo disporão de uma denominação e de um código que lhes será atribuído pela Unidade Económica e Financeira.

4. Os titulares de cada centro de Custo poderão aplicar as dotações orçamentadas, de acordo com as presentes normas, na medida em que se disponibilizem.
5. Os Centros de Custo que beneficiem de doações, com ou sem carácter inventariável, deverão comunicá-lo à Unidade de Aprovisionamento e Património e, quando aplicável, preencher as correspondentes fichas de inventário.

Artigo 40.º

Da contratação

1. A Universidade da Madeira, no exercício da sua personalidade jurídica, poderá formalizar os contratos necessários para o cumprimento dos seus fins e tem para o efeito todas as prerrogativas concedidas pela Lei geral.
2. Como instituição pública, e respeitando o princípio da autonomia universitária observam-se as seguintes normas na celebração dos contratos pela Universidade:
 - a. Os pareceres jurídicos ou técnicos exigíveis pela legislação antes da celebração dos contratos serão elaborados pelos órgãos competentes da Universidade, ou por quem esta designe;
 - b. A competência para contratar cabe ao Reitor, de acordo com os estatutos da Universidade, podendo esta competência ser delegada de forma nominal;
 - c. A fiscalização dos contratos é realizada pelos órgãos competentes da Universidade.
3. A tramitação dos processos de contratação pode ser classificada como:
 - a. Comum, para a grande maioria das propostas de aquisição;
 - b. Urgente, em situações excepcionais e devidamente justificadas, quando a necessidade fosse inadiável e cuja adjudicação seja imperativo acelerar por razões de interesse público, e para o efeito o processo deverá conter uma declaração de urgência, devidamente fundamentada, dirigida ao Reitor.
4. Por regra, os contratos devem ser reduzidos a escrito através de clausulado em suporte papel ou suporte informático com a aposição de assinatura electrónica, mas poderão ser dispensados da redução a escrito os contratos previstos no artº 95º do CCP.
5. Todos os fornecedores são elegíveis desde que não apresentem nenhum dos impedimentos previstos no artº 55º do CCP.

Artigo 41.º

Procedimentos e formas de adjudicação nos contratos

1. Com a entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, é estabelecida a disciplina aplicável à contratação pública e ao regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.
2. O novo código tem por objectivos a simplificação, a eficiência, a transparência, a rapidez de procedimentos e a responsabilização e são princípios básicos do CCP a concorrência, a igualdade e a transparência.
3. Os procedimentos de contratação serão os seguintes:
 - a. Ajuste directo;
 - b. Concurso;
 - c. Concurso limitado por prévia qualificação;
 - d. Procedimento de negociação;
 - e. Diálogo concorrencial
4. A adjudicação terá por base a adopção de um dos seguintes critérios:
 - a. Proposta economicamente mais vantajosa;

- b. Preço mais baixo, desde que o caderno de encargos defina todos os critérios resultantes da execução do contrato.
5. O CCP determina que todas as compras passem a ser realizadas exclusivamente por via electrónica em Plataformas Electrónicas de Contratação, e a Universidade adoptou a Plataforma Electrónica de Contratação *Construlink* que permitirá otimizar o processo aquisitivo e gerir todo o processo aquisitivo até à formação do contrato.

Artigo 42.º

Ajudas de custos, despesas de alojamento e despesas de transporte

1. De acordo com a legislação em vigor, só poderão ser atribuídas ajudas de custo para as deslocações efectuadas em missão.
2. O montante das ajudas de custo a abonar, quando devidas, é fixado anualmente por despacho do Ministério das Finanças.
3. As despesas relacionadas com o alojamento e transporte decorrente das deslocações efectuadas utilizando a figura de equiparado a bolseiro, ou a figura de dispensa de serviço, só poderão ser imputadas a centros de custo cujas dotações foram constituídas na totalidade com recursos provindos de entidades externas à Universidade.
4. Não poderão ser atribuídas ajudas de custo, despesas de transporte ou de alojamento se o viajante for o beneficiário de ajudas ou apoios, concedidos por qualquer entidade, para esse efeito.

Artigo 43.º

Despesas de Representação

1. Os titulares dos Centros de Custo dos Centros de Competência e da Reitoria poderão imputar, aos correspondentes Centros de Custo, despesas de representação derivadas de actos de protocolo e representação, solenidades, recepções e visitas de autoridades que tenham necessidade de realizar no desempenho das suas funções.
2. As despesas de representação estarão devidamente fundamentadas e deverá ser demonstrado o benefício ou utilidade, delas decorrentes, para a Universidade.
3. Nesta modalidade, somente são enquadráveis despesas de restauração ou relacionadas com pequenas ofertas de carácter institucional.
4. As despesas de representação imputadas não serão acumuláveis com o pagamento de ajudas de custo.
5. Aos beneficiários das despesas de representação será deduzido o correspondente subsídio de refeição.
6. Todas as propostas de despesas de representação deverão ter a autorização prévia de um membro do Conselho de Gestão.

Artigo 44.º

Pagamentos a conferencistas e consultores

Aos pagamentos efectuados a conferencistas e consultores, com ou sem vínculo contratual à Universidade, residentes ou não-residentes, aplicar-se-á a legislação fiscal vigente em matéria de retenção de Imposto sobre o Rendimento e Imposto sobre o Valor Acrescentado, IVA.

Artigo 45.º

Custos e despesas gerais

1. Os custos e despesas gerais decorrentes da manutenção e reparação das instalações, as despesas decorrentes da contratação dos serviços de segurança e limpeza, do fornecimento de electricidade, água, gás e telecomunicações são suportados pela

Universidade no seu todo, mas devem ser imputadas aos Centros de Custo dos Centros de Competência e dos Centros de Investigação.

2. A imputação dos custos e despesas gerais far-se-á com base no princípio do utilizador-pagador, em função da área útil das instalações utilizadas por cada um dos Centros de Competência e dos Centros de Investigação.
3. A imputação dos custos e despesas gerais é realizada pelo montante de 5€/m²/mês.

Artigo 46.º

Cativação de dotações

1. Das dotações atribuídas, será anualmente cativado aos Centros de Investigação e Centros de Competência um montante correspondente a 5€/m² de área útil/mês pelos espaços físicos por eles utilizados.
2. Sempre que os montantes executados sejam inferiores aos limites estabelecidos na alínea c) do número 2 dos Artigos 28.º e 29.º, será cativada a diferença entre os montantes executados e os montantes aí fixados.

Artigo 47.º

Reembolsos

Os reembolsos foram considerados, pelo Tribunal de Contas, como violando as normativas legais, razão pela qual se adoptam as seguintes normas:

- a. As despesas devem estar previamente enquadradas e cabimentadas para que delas possa haver direito a reembolso;
- b. Os reembolsos estão limitados a um máximo de 10% da dotação orçamental inicial de cada Centro de Custo;
- c. Serão admitidos reembolsos decorrentes de despesas de representação e despesas associadas a deslocações, dentro dos limites estabelecidos pela lei:
 - i. Transportes;
 - ii. Alojamento;
 - iii. Restauração;
 - iv. Ajudas de custo.
- d. Serão admitidos reembolsos decorrentes de inscrições em congressos, conferências e seminários quando a Unidade de Aprovisionamento e Património constatar que, na observância dos seus normais procedimentos, não pode efectuar as inscrições em tempo útil.

Artigo 48.º

Aquisições transnacionais

1. Os bens e serviços que não se encontrem disponíveis no mercado nacional poderão ser adquiridos noutros mercados por transacção intra-comunitária ou importação directa, contra a entrega dos seguintes documentos:
 - a. Factura comercial da entidade fornecedora;
 - b. Certificado de origem;
 - c. Certificado de seguro;
 - d. Notificação de envio;
 - e. Certificado de garantia.
 - f. Pedido de isenção de pagamento de custos alfandegários, nas situações aplicáveis
2. Aos valores cobrados pelos fornecedores serão acrescidos o correspondente IVA, para efeitos de entrega à Direcção Geral do Tesouro.

Artigo 49.º

Fundo de maneo

1. A utilização do fundo de maneo para suportar despesas é uma situação excepcional, para fazer face a pequenas aquisições nas quais não se podem seguir os procedimentos normais de aquisição de bens e serviços.
2. Pela sua natureza o fundo de maneo é utiliza-se para pagamentos de pequeno montante, urgentes, imprevisíveis e inadiáveis.
3. Consideram-se de pequeno montante as despesas de valor global igual ou inferior a 150€.
4. A competência para autorizar a realização e o pagamento das despesas é do titular do fundo de maneo, que será designado por despacho nominal no início de cada exercício.
5. Cada despesa suportada pelo fundo de maneo deverá ser acompanhada por uma justificação concreta da necessidade para um Centro de Custo específico.
6. O titular deverá proceder à reposição e prestação de contas do fundo de maneo, nos moldes definidos pelo Regulamento do Fundo de Maneio da Universidade.

TÍTULO IV

Execução orçamental das receitas

Artigo 50.º

Normas

1. Para que o registo contabilístico espelhe com a maior exactidão a execução orçamental, as Unidades Orgânicas da Universidade não poderão receber, por si ou por qualquer das suas subunidades, receitas ou recursos provenientes de Contratos, Cursos ou Convénios.
2. Será solicitado aos pagadores que os ingressos devidos se efectuem através das contas oficiais da Universidade da Madeira.
3. A Universidade poderá ceder temporariamente a utilização das suas instalações para a realização de actividades ou serviços organizados por entidades ou associações externas que tenham uma finalidade afim e/ou compatível com a Universidade.
4. As receitas geradas por estas actividades poderão ser incorporadas ao Orçamento da Universidade, por acordo com as entidades externas promotoras das actividades.

Artigo 51.º

Devolução de receitas

1. Os pagamentos por devolução de receitas têm por finalidade a reintegração no património do detentor do interesse dos montantes ingressados pela Universidade, sempre que existam motivos legais que justifiquem a devolução.
2. O processo de devolução conterá os seguintes dados:
 - a. Origem do montante que dá lugar à devolução, a quantia e a data do pagamento que o motiva;
 - b. Base legal que motiva a devolução;
 - c. Originais dos documentos emitidos pela Universidade;
 - d. Nome ou denominação social do titular do interesse do montante devolvido.

3. A Administradora, por delegação do Conselho de Gestão, analisados os dados recebidos e emitirá a resolução oportuna que será comunicada ao titular do interesse e à Unidade Económica e Financeira.
4. As devoluções de receitas que cumpram os requisitos anteriores, serão efectuadas mediante anulação ou minoração dos direitos entretanto cobrados, registando-se a operação no exercício correspondente.
5. Quando a devolução decorra da correcção de um erro material, a reintegração será realizada directamente pela Unidade Económica e Financeira, por proposta o Centro de Custo correspondente.

TÍTULO V

Função fiscalizadora

Artigo 52.º

Definição

1. A função fiscalizadora tem por objectivo controlar, antes que sejam aprovados, os actos da Universidade da Madeira que originem o reconhecimento de direitos ou a realização de despesas, bem como as receitas e pagamentos que deles derivem, e o investimento ou aplicação, em geral, dos seus fundos com o propósito de assegurar que a gestão se ajusta às disposições aplicáveis em cada caso.
2. A fiscalização prévia dos direitos e receitas da Universidade poderá ser substituída por verificações efectuadas pelas entidades fiscalizadoras antes do encerramento definitivo do exercício.
3. A função fiscalizadora compete:
 - a. Ao Fiscal único em todos os casos;
 - b. Ao Conselho de Gestão em todos os casos não decorrentes das suas próprias decisões;
 - c. À Administradora em todos os casos, por delegação do Conselho de Gestão;
 - d. À Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros, e suas unidades, por subdelegação da Administradora;
 - e. Ao Gabinete de Planeamento, Projectos e Cooperação, por delegação do Conselho de Gestão, nas despesas propostas ou realizadas no âmbito dos projectos.

Artigo 53.º

Modalidades de exercício

O exercício da função fiscalizadora compreende:

- a. A fiscalização prévia dos actos que produzam direitos de conteúdo económico, aprovem despesas ou criem compromissos de despesa;
- b. A fiscalização do reconhecimento das obrigações e da verificação do investimento.

Artigo 54.º

Não sujeição à fiscalização prévia

Não serão necessariamente submetidos à fiscalização prévia prevista na alínea a) do artigo anterior:

- a. As despesas de carácter periódico e sucessivo, uma vez fiscalizada a despesa correspondente ao período inicial do acto ou contrato do qual derivem ou as suas alterações;
- b. As despesas cujo pagamento se realize com recurso ao fundo de maneo;
- c. As despesas que derivem da utilização de apoios e subvenções da Universidade, que serão regidas pelas cláusulas estabelecidas para a sua concessão.

Artigo 55.º

Resoluções

1. Se o órgão de fiscalização, na sua actuação, se manifestar em desacordo com o conteúdo dos actos examinados ou com o procedimento seguido para a sua adopção, formulará as suas reservas por escrito, mencionando as normas legais aplicáveis, e a continuação do procedimento será suspensa até que sejam sanadas as deficiências observadas.
2. Quando o titular do Centro de Custo envolvido não aceite as reservas formuladas, poderá formular, por escrito, ao órgão fiscalizador a sua divergência mencionando as normas legais que sustentam a sua alegação.
3. Se as reservas levantadas pelo órgão de fiscalização se mantiverem, competirá à Administradora, ou ao Conselho de Gestão, adoptar a decisão definitiva.

TÍTULO VI

Encerramento do orçamento

Artigo 56.º

Normas de encerramento do orçamento

1. O exercício orçamental do ano de 2010 coincidirá com o ano natural e a ele serão imputados os direitos reconhecidos durante o mesmo, qualquer que seja o período no qual se tenham produzido as obrigações reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010.
2. O orçamento do exercício de 2010 será liquidado, assim que a cobrança dos direitos e o pagamento das obrigações de 31 de Dezembro de 2010 seja efectuado.

Capítulo VII

Disposições finais

Artigo 57.º

Casos omissos e normas transitórias

1. As presentes normas entrarão em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pelo Conselho Geral, produzindo efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010.
2. A vigência destas normas de execução orçamental inclui o seu prolongamento de acordo com o estabelecido no artigo 15.º.
3. Os casos omissos e as dúvidas na interpretação destas normas serão resolvidos pelo Conselho de Gestão.